

Sudene era usada na lavagem de dinheiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento suspeita que os parlamentares envolvidos no escândalo investiram em projetos falidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para legalizar a origem do dinheiro obtido ilicitamente. A descoberta desta nova forma de lavagem — a CPI já havia identificado o esquema das loterias — foi revelado ontem pelo senador José Paulo Bisol (foto), do PSB do Rio Grande do Sul, coordenador da subcomissão fiscal.

Segundo Bisol, os projetos da Sudene eram comprados por preços subfaturados e depois vendidos pelo triplo do valor, sob justificativa de que as terras haviam recebido algum tipo de benfeitoria. A diferença entre a avaliação subfaturada e o valor real do projeto permitia que o parlamentar “lavasse”, até 70% do dinheiro empregado na operação. Para funcionar, este esquema precisaria



contar com a cumplicidade de funcionários da Sudene, órgão vinculado ao Ministério da Integração Regional.

Cruzamento — A CPI pretende apresentar já na quarta-feira o primeiro relatório sobre o cruzamento das informações das subcomissões bancária e fiscal. Até agora, a subcomissão dos bancos analisou 20 mil registros referentes a 25 bancos e 140 contas. Neste trabalho, estão envolvidos 40 digitadores e 15 analistas de dados. O volume de informações deve dobrar com os novos dados enviados ontem à CPI pelo Banco Central.

Além destas duas subcomissões, a subcomissão das subvenções sociais também trabalhou ontem. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que irá sugerir, em seu relatório final, o fim da distribuição de verbas a fundo perdido para entidades supostamente filantrópicas. “Já encontramos inúmeras entidades localizadas em propriedades particulares”, disse. Por determinação do presidente Itamar, o repasse das subvenções já está suspenso por 90 dias.